

Governo prevê R\$ 190 bi para infraestrutura

Pacote a ser anunciado inclui acordo internacional para a construção das ferrovias bioceânica, entre Peru e Brasil, com capital chinês, e Rio-Vitória

Adriana Fernandes
Ricardo Della Colleta/BRASÍLIA

O novo plano de concessões de infraestrutura que a presidente Dilma Rousseff vai anunciar amanhã deve chegar a R\$ 190 bilhões em investimentos da iniciativa privada. A ampliação do valor, que ainda poderá sofrer revisão, foi discutida ontem em reunião da presidente com ministros envolvidos na elaboração do pacote, que é a aposta do governo para estimular o crescimento da economia. O pacote prevê também a ampliação de investimentos já existentes.

A estimativa originalmente em discussão estava em torno de R\$ 134 bilhões, mas na reu-

● **Novos projetos**
R\$ 69,4 bi
é o valor de investimentos na área de rodovias com os leilões

R\$ 37,5 bi
é o investimento em portos

nião de ontem, que durou quase cinco horas, foi definida uma turbinada dos investimentos.

O aumento do valor, em cerca de R\$ 50 bilhões, se deve à inclusão do acordo internacional para a construção da ferrovia bioceânica (entre o Peru e o Brasil com participação chinesa), da Rio-Vitória e dos processos já iniciados em 2014 de Manifesta-

ção de Interesses (PMIs), no qual as empresas interessadas nas concessões se candidataram para elaborar o projeto. A elevação das projeções deve se somar aos R\$ 134 bilhões de investimentos já definidos em rodovias (R\$ 69,4 bilhões), ferrovias (R\$ 18,3 bilhões), portos (R\$ 37,5 bilhões) e aeroportos (R\$ 8,5 bilhões).

Segundo fontes, o governo pode incluir no pacote um reequilíbrio de contrato, não só para ferrovias, mas também para rodovias já concedidas a partir de um acordo de mais investimento. Nesses casos, haveria uma negociação de mais investimento em ativo e reequilíbrio de contrato com a prorrogação do prazo da concessão. Um auxiliar de Dilma disse



DAVID CAMPBELL - 11/6/2014

Na lista. Aeroporto de Salvador deverá ir a leilão em 2016

que a presidente, ao decidir turbinar o valor do programa, quer enviar a sinalização de que o pacote é para valer e que alguns leilões poderão ser realizados ainda neste ano.

Rodovias. Estão previstos, ainda este ano, quatro leilões de projetos iniciados em 2014: BR-476/153/282/480 (PR/SP);

BR-163 (MT/PA); BR-364/060 (MT/GO) e BR-364 (GO/MG). Os novos leilões, somados à renovação da concessão da Rio-Niterói, totalizam R\$ 19,6 bilhões em investimentos.

Também estão previstos na segunda etapa do programa 11 novos projetos rodoviários, abrangendo 4.867 km que somam R\$ 31,2 bilhões, além de

novos investimentos em concessões existentes (R\$ 15,3 bilhões).

Ferrovias. O modelo de concessão das ferrovias será aperfeiçoado. O governo federal poderá optar entre realizar os leilões por maior valor de outorga, menor tarifa ou compartilhamento de investimento. A escolha do modelo se dará de acordo com as características de cada ferrovia. Em todos os casos, haverá garantia de acesso a terceiros (direito de passagem e tráfego mútuo).

Portos. Foram definidos arrendamentos de 29 terminais no primeiro bloco e 21 terminais no segundo bloco. Além disso, outros 63 novos Terminais de Uso Privados (TUPs) estão em análise pela Secretaria de Portos.

Aeroportos. Nesse setor, foi definida a concessão ao setor privado dos aeroportos de Porto Alegre (R\$ 2,5 bi), Salvador (R\$ 3 bi), Florianópolis (R\$ 1,1 bi) e Fortaleza (R\$ 1,8 bi), com previsão do início dos leilões no 3º trimestre. Os leilões estão previstos para o terceiro trimestre de 2016.

Projetos de mobilidade estão parados

Só 10% dos 204 empreendimentos selecionados pelo governo há dois anos para resolver problemas de transporte urbano estão em obras

Murilo Rodrigues Alves
BRASÍLIA

Dois anos após a onda de manifestações que teve a má qualidade dos transportes públicos como um dos alvos principais, apenas 10% dos projetos selecionados pelo governo para resolver os problemas de mobilidade urbana estão em obras, segundo levantamento obtido pelo 'Estado'.

Foram escolhidos 204 empreendimentos em 58 cidades de grande e médio porte. A maior parte (68%), ou 140 projetos, ainda está na fase de elaboração de estudos de viabilidade econômica e de engenharia. O restante que não saiu do papel está em fase de licitação ou contratação.

Entre as obras em execução estão as linhas 9 (zona sul) e 13 (zona leste/Guarulhos) em São Paulo, Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) de capitais do Nordeste, como Maceió (AL) e João Pessoa (PB) e corredores exclusivos de ônibus em Manaus (AM). No papel ainda estão, por exemplo, a revitalização do VLT de Natal (RN) e corredores de ônibus de Teresina (PI), além de investimentos em 13 cidades do interior de São Paulo.

O incremento em mobilidade urbana foi um dos cinco "pactos" apresentados pela presidente Dilma Rousseff para atender às "vozes das ruas". O governo já tinha outros dois programas em curso, como as duas versões do PAC Mobilidade para grandes e médias cidades. Em junho de 2013, a presidente prometeu também reforma política, adoção de medidas de responsabilidade fiscal e ações para fortalecer a saúde e a educação.

Nesses últimos dois anos, porém, a situação econômica do País se deteriorou e, em meio à contenção das despesas públicas, ficou cada vez mais difícil desembolsar o montante prometido sem comprometer o ajuste fiscal perseguido pela

equipe do ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Pelo modelo inicial do financiamento a esses projetos, a grande parte dos R\$ 50,3 bilhões era financiada pelo governo: recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União (OGU) - R\$ 20,3 bilhões - e empréstimos a taxas privilegiadas do BNDES ou da Caixa Econômica Federal - R\$ 20,7 bilhões. Os governos estaduais ficariam responsáveis pela contrapartida de R\$ 8,1 bilhões e as prefeituras, R\$ 1,1 bilhão.

Parcerias. Com o ajuste em marcha, o que inclui o fim do crédito farto nas instituições oficiais, o governo pretende, com apoio dos Estados e das cidades, encontrar parceiros privados para tirar a grande maioria dos projetos do papel. "A orientação é procurar alternativas sem recorrer novamente às formas tradicionais de financiamento", diz o secretário nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, Dario Lopes.

Como exemplo, o secretário cita o VLT de Goiânia, cujo início da operação está previsto para 2017. Serão construídos 13,6 quilômetros de extensão, 12 estações e cinco terminais de integração, ligando os extremos oeste e leste da capital. O VLT terá 30 composições de dois carros com capacidade de transportar até 600 passageiros.

O empreendimento é uma parceria público-privada (PPP) entre o governo federal (R\$ 215 milhões), governo estadual (R\$ 590 milhões) e a concessionária cujo controle acionário é da Odebrecht Transport (R\$ 495 milhões).

● **Em estudo**

140
projetos, de 204 escolhidos, ainda estão na fase de elaboração de estudos de viabilidade econômica e engenharia

De acordo com o secretário, a iniciativa privada está avaliando com o governo a viabilidade de cada projeto. Lopes acredita que há espaço para aumentar a participação das empresas, principalmente nos empreendimentos em que há capacidade de explorar comercialmente terminais, com a indução de novos negócios.

"Não podemos aumentar a incerteza do setor privado: temos de dizer claramente qual a capacidade de financiamento do governo e dos bancos neste momento", explica Lopes.

Prioridades. Em tempos de vacas magras, o governo elegeu 73 empreendimentos prioritários, entre eles a expansão do metrô de Salvador (BA), em parceria com a concessionária CCR, com 32 quilômetros de extensão e 19 estações.

Após a divulgação de que seriam liberados R\$ 50 bilhões para mobilidade urbana, prefeitos e governadores fizeram pedidos que somaram R\$ 84,4 bilhões. "A maior parte só tinha ideias, nenhum projeto concreto", diz Lopes.

O governo federal liberou R\$ 400 milhões para bancar a elaboração dos estudos. Diz que, nos outros casos, não houve propostas "aderentes" às diretrizes preestabelecidas: empreendimentos que priorizassem o transporte urbano coletivo com alta e média capacidade de implementação "imediate".

Empreendimentos sobre trilhos, principalmente, dependem de estudos técnicos que essas administrações não apresentaram. "Isso ajuda a explicar o atraso para a execução desses projetos, mas não justifica. Vamos fazer essas obras, mas não no prazo previsto inicialmente", admite Lopes.

Na primeira rodada de negociações, o governo anunciou R\$ 27 bilhões para as principais capitais e regiões metropolitanas do País. O restante foi distribuído para cidades de 400 mil a 700 mil habitantes.



MARCO AMBRÓSIO/PAGOS - 04/08/2014

Corredor. Obras como as da Av. Eng. Luís Carlos Berrini, em São Paulo, são exceção

EM OBRAS

● **Dos R\$ 50 bilhões prometidos pela presidente para a mobilidade urbana, 17 projetos, que somam R\$ 5 bilhões, estão em execução**

EM MILHÕES DE REAIS

EMPREENHIMENTO	CIDADE	DATA DE INÍCIO	INVESTIMENTOS
Linha 13 (Zona Leste) do metrô	São Paulo (SP)/Guarulhos (SP)	1º/10/2013	1.788
Corredor de ônibus Radial Leste	São Paulo (SP)	30/8/2014	822
Linha 9 (Zona Sul) do metrô	São Paulo (SP)	30/10/2013	634
Corredor de ônibus Leste-Itaquera	São Paulo (SP)	1º/1/2015	348
Corredor de ônibus M'Boi Mirim/Santo Amaro	São Paulo (SP)	30/10/2013	295
Linha Sul do Metrô	Fortaleza (CE)	27/6/2013	291
Transformação do trem urbano em VLT	Maceió (AL)	10/10/2014	206
Metrô	João Pessoa (PB)	11/8/2014	180
Terminal Itaquera	São Paulo (SP)	30/10/2013	164
Corredor de ônibus Av. Constantino Nery/Torquato Tapajós/Max Teixeira/Noel Nutels	Manaus (AM)	30/10/2013	65
Corredor de ônibus na Avenida Berrini	São Paulo (SP)	30/8/2013	45
Corredores de ônibus	Rio Grande da Serra (SP)	5/3/2015	44
Corredor de ônibus Av. Austaz Mirim/Av. Paraíba e Recife	Manaus (AM)	30/10/2013	33
Corredor de ônibus T-7	Goiânia (GO)	23/2/2015	32
Corredor de ônibus Boulevard Álvaro Maia e na Av. Brasil	Manaus (AM)	30/10/2013	17
Corredor de ônibus Av. Coronel Teixeira	Manaus (AM)	30/10/2013	10
Fase 2 do aeromóvel	Canoas (RS)	13/2/2015	9

FONTE: MINISTÉRIO DAS CIDADES

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

'Pacto econômico' só foi posto em prática neste ano

BRASÍLIA

O outro pacto da área econômica apresentado pela presidente Dilma Rousseff como resposta às manifestações de junho de 2013 só começou a ser efetivamente colocado em prática neste ano, sob o comando do ministro Joaquim Levy. A presidente já defendia, há dois anos, o controle de gastos para garantir estabilidade da economia e con-

ter a inflação. No entanto, a antiga equipe do Ministério da Fazenda não conseguiu cumprir a meta de economia para o pagamento de juros, o chamado superávit primário.

Em 2014, fim da primeira gestão de Dilma, o déficit primário alcançou R\$ 17,2 bilhões, pior resultado desde 1997. A inflação oficial fechou em 6,41%, bem próxima do teto da meta, que é de 6,5%.

Neste ano, Levy está levando a cabo ajuste fiscal para entregar R\$ 66,3 bilhões de superávit primário, o equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Para isso, aumentou impostos, restringiu o acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários e cortou gastos.

Do pacto político, não houve avanço em mudanças no sistema político da forma como foi anunciado pela presidente, em resposta ao clamor das ruas por mais participação, transparência e representatividade. O plebiscito para realização de uma Assembleia Constituinte para definir a reforma política foi du-

ramente criticado logo após o anúncio e não decolou.

A Câmara votou há duas semanas uma série de propostas que muda o sistema eleitoral, como a oficialização na Constituição do financiamento de empresas a partidos e o fim da reeleição para chefes do Executivo. Neste mês, os deputados decidirão sobre o tempo de mandato, coincidência das eleições, obrigatoriedade do voto, dia da posse do presidente da República e cota para mulheres. Todas as decisões da Câmara ainda precisam ser aprovadas em segundo turno e avalizadas pelo Senado.

As análises de outros proje-

tos, como o que torna corrupção crime hediondo e o "passe livre", estão paralisadas no Congresso.

Na área da saúde, o governo viabilizou o Mais Médicos, que já vinha sendo estruturado e foi apresentado logo após os protestos. Até o ano passado, foram enviados 14.462 médicos a 3.785 municípios, segundo o Ministério da Saúde. Com a seleção deste ano, foram incluídos mais 4.139 médicos, atingindo o número de 18.240 profissionais. Segundo o órgão, o Mais Médicos garante a assistência de 63 milhões de pessoas em mais de 4 mil municípios.

Foram anunciados R\$ 5,6 bilhões para o financiamento de construções, ampliações e reformas de unidades básicas de saúde (UBS) e R\$ 1,7 bilhão para construções e ampliações de unidades de pronto atendimento (UPAs). De acordo com o ministério, quase 23 mil das 26 mil UBS que tiveram os recursos aprovados estão em obras ou já foram concluídas. Das 941 propostas de UPAs aprovadas, 835 estão em execução ou já acabaram.

Na educação, o Planalto conseguiu aprovar a destinação de parte dos royalties do petróleo para o setor, mas só haverá impacto em 2020. /M.R.A.